XXI ENTAC – Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído
14 a 16 de outubro de 2026 | Goiânia-Brasil
DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8728

Análise sobre a educação em Segurança Contra Incêndio nos cursos de graduação e de especialização no Brasil

Analysis of Fire Safety Education in Undergraduate and Graduate Programs in Brazil

Sivalnice Conceição dos Santos
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, Campus Barreiras | Bahia | Brasil |sivalnicesantos@ifba.edu.br
Universidade de São Paulo – FAU-USP | São Paulo | Brasil | sivalnice@usp.br
Rosaria Ono
Universidade de São Paulo – FAU-USP | São Paulo | Brasil | rosaria@usp.br

Resumo

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo objetivo é evidenciar o cenário atual da educação em Segurança Contra Incêndio (SCI) no Brasil, por meio do mapeamento de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e de especializações relacionadas ao tema. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, utilizando dados do sistema e-MEC e de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC ou PPP). Os resultados indicam uma expansão das especializações, marcada por forte heterogeneidade de denominações e cargas horárias, além da ausência de padronização curricular. Observou-se, ainda, inconsistência na inserção de conteúdos relacionados à SCI na graduação, embora haja potencial de avanço. Como contribuição, o estudo consolida um diagnóstico atualizado que evidencia lacunas e desafios para orientar a inserção da temática SCI na estruturação curricular dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de forma eficiente.

Palavras-chave: Segurança Contra Incêndio. Arquitetura e Urbanismo. Educação. Graduação. Especialização.

Abstract

This article presents part of the results of an ongoing master's research project, which aims to highlight the current scenario of Fire Safety (FS) education in Brazil, through the mapping of undergraduate courses in Architecture and Urbanism and specializations related to the topic. The methodology was based on bibliographic and documentary research, with a qualitative approach, using data from the e-MEC system and Course Pedagogical Projects (PPC or PPP). The results indicate an expansion of specializations, marked by strong heterogeneity in names and workloads, as well as the absence of curricular standardization. Inconsistencies were also observed in the inclusion of FS-related content in undergraduate programs, although there is potential for improvement. As a contribution, the study consolidates an updated diagnosis that highlights gaps and challenges to guide the efficient inclusion of FS in the curricular structure of Architecture and Urbanism courses.

Keywords: Fire Safety. Architecture and Urbanism. Education. Undergraduate. Specialization.

INTRODUÇÃO

A educação em Segurança Contra Incêndio (SCI) é um dos principais meios de promover a prevenção e a proteção contra incêndios [1]. No Brasil, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, essa formação tem sido oferecida de modo fragmentado, por iniciativas pontuais de instituições de educação, do Corpo de Bombeiros e pesquisadores da área, além de cursos livres, de extensão e de especialização. Na graduação, a formação em SCI deveria ocorrer principalmente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharias. Na pós-graduação, o tema aparece em cursos de especialização (Lato Sensu).

Não é recente a percepção, entre entidades e profissionais da área, da necessidade de "prover a engenharia e a arquitetura de melhor desempenho no planejar e implementar a segurança contra incêndio" [2, p.20]. Essa necessidade decorre do fato de que as decisões projetuais tomadas pelos arquitetos e urbanistas, desde a implantação do edifício até o detalhamento dos ambientes, interferem nas medidas de proteção incorporadas à edificação [3].

De acordo com Veneza e Ono [4], são as soluções adotadas durante a concepção do projeto que definem a qualidade, o nível de desempenho e a segurança da edificação. Para Ono [3], a qualidade do projeto vai além do atendimento às exigências normativas, exigindo dos profissionais maior domínio dos requisitos de SCI para promover uma integração mais assertiva ao projeto arquitetônico.

Embora a SCI seja essencial para a atuação desses profissionais, a maioria não recebeu essa formação na graduação e, ainda hoje, o tema não é tratado de maneira consistente nas faculdades. Como resultado, muitos projetam sem compreender as interfaces entre Arquitetura e Urbanismo e a SCI, o que pode comprometer a segurança da edificação e, sobretudo, a vida dos usuários. Nesses casos, os cursos de extensão e de especialização têm sido uma alternativa para essa lacuna, complementando a formação.

Uma pesquisa realizada em 2012 por Negrisolo [2], com 28 cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, constatou que, na maioria das instituições, o ensino de SCI não é desenvolvido de forma consolidada no currículo. O tema é visto como "[...] subproduto do 'projeto' e outros de 'instalações prediais'" [2, p.36].

Somente em 2017, tornou-se obrigatória a inclusão de conteúdos relacionados à SCI nas disciplinas da grade dos cursos de graduação em Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e cursos de tecnologia e ensino médio correlatos, por meio da Lei nº 13.425/2017 [5], que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público.

Após a promulgação da Lei nº 13.425/2017, Braga [6] realizou um estudo com 11 Instituições de Educação Superior (IES), incluindo as 10 primeiras colocadas no Ranking Universitário Folha 2016. O estudo indicou que a maioria dos cursos de Arquitetura e Urbanismo possui disciplinas que apresentam conteúdos relacionados à SCI, porém, de forma genérica, a maioria não deixa claro quais medidas de SCI serão abordadas;

apenas uma instituição apresenta esses conteúdos de forma detalhada e duas instituições não abordam o tema.

Essa lacuna torna-se ainda mais preocupante quando observada também nos cursos de Engenharia, uma vez que o tema não integra os conteúdos curriculares obrigatórios presentes nas Diretrizes Curriculares do curso, ficando a critério de cada instituição. Um estudo realizado por Silva et al. [7], em uma IES brasileira, analisou nove cursos de Engenharia e demonstrou que o ensino da SCI ainda é insuficiente ou ausente, sendo tratado, na maioria dos casos, de forma genérica. Os autores destacam a falta de conhecimento sobre a relevância do tema, bem como a inobservância da legislação.

Para impulsionar o cumprimento dessa lei, recentemente, em julho de 2025, o Conselho Nacional de Educação (CNE) homologou a Resolução CNE/CES nº 1/2025 [7], que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Nela consta a temática de SCI como parte integrante dos conteúdos de Desempenho e Segurança das Edificações, que por sua vez compõem o núcleo de Conhecimentos Profissionais. A resolução ainda destaca que esses conteúdos incluem "...estudos, proposições, projetos e especificações para assegurar condições de segurança contra incêndio e pânico e a prevenção de riscos, sob todas as suas formas, nas edificações" [6, p.7].

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo apresentar o cenário atual da educação em SCI no Brasil, a partir da análise de dados referentes aos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e cursos de especialização relacionados à SCI.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi conduzido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, empregando uma abordagem qualitativa. Foram utilizados dados secundários obtidos no sistema eletrônico do Ministério da Educação, e-MEC [8], onde consta o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, visando identificar os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, suas respectivas instituições, além dos cursos de pós-graduação lato sensu, tipo especialização, relacionados à SCI existentes no Brasil.

Inicialmente, foi realizado um levantamento de todos os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, ofertados tanto por IES públicas quanto por privadas, visando obter um panorama atual dos cursos. Posteriormente, foi realizado um recorte e a pesquisa foi direcionada apenas aos cursos ofertados por IES públicas que atuam na modalidade presencial, permitindo uma investigação mais detalhada da abordagem do tema SCI nos cursos, por meio de análises dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) ou Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de cada curso.

Com relação aos cursos de especialização relacionados à SCI, foram considerados todos os cursos ativos cadastrados na plataforma.

A pesquisa no sistema e-MEC foi realizada no primeiro semestre de 2025, e atualizada no primeiro semestre de 2026. O levantamento foi realizado por meio de uma consulta avançada e os filtros aplicados foram aqueles apresentados no quadro 1:

Quadro 1: Filtro utilizado para o levantamento dos cursos de graduação e pós-graduação.

Busca por	Curso	Modalidade	Situação
Curso de graduação	Arquitetura e Urbanismo	Presencial	Em atividade
Curso de especialização	"Incêndio" *	A distância e presencial	Em atividade

Nota: *Palavra-chave utilizada para identificar os cursos de especialização existentes relacionados à SCI.
Fonte: as autoras, 2026.

Após aplicar o filtro, o sistema gerou planilhas com dados sobre os cursos, tais como código, nome e sigla da instituição, nº de vagas, denominação do curso, carga horária, categoria administrativa (pública ou privada), modalidade (educação presencial ou a distância), dentre outros, que foram processados e analisados.

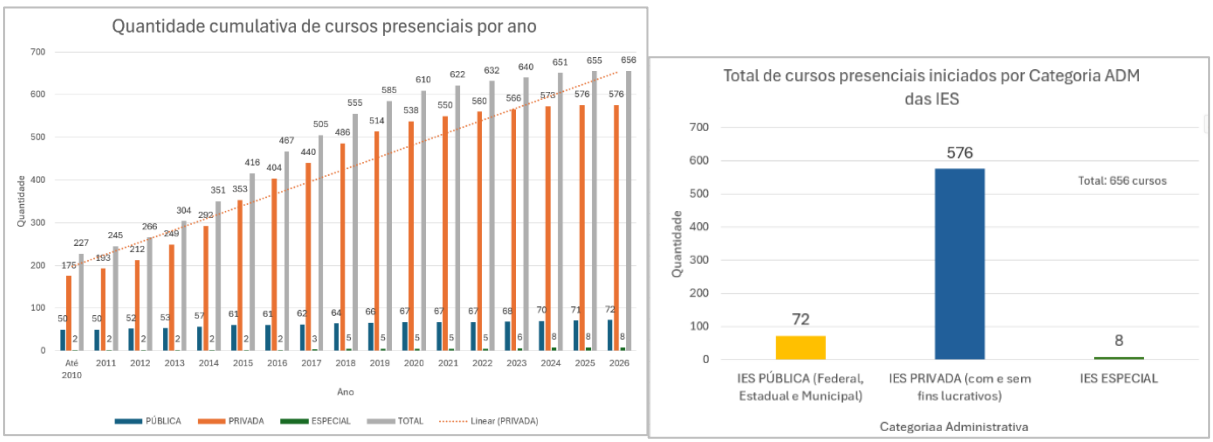
Em seguida, foram levantados os PPCs ou PPPs dos cursos de graduação presenciais em Arquitetura e Urbanismo nos sites das instituições públicas correspondentes, com o objetivo de verificar se a temática da SCI está contemplada no currículo dos cursos, identificar as disciplinas que contêm conteúdos relacionados ao tema nas ementas ou se existe alguma disciplina específica na grade curricular. Para essa verificação, utilizou-se a ferramenta de busca presente nos arquivos PDF dos documentos para encontrar palavras-chave como: incêndio, proteção, segurança, medida e emergência. Os dados encontrados foram sistematizados em uma planilha para facilitar as análises.

RESULTADOS

CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

O número de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo existentes no Brasil, na modalidade presencial, apresentou um crescimento linear e expressivo nos últimos 15 anos, passando de 227 cursos em 2010 para 656 em 2026 (ver Figura 1) [8].

Figura 1: Quantidade cumulativa de cursos presenciais de graduação em Arquitetura e Urbanismo iniciados por ano (à esquerda). Quantidade de cursos por categoria administrativa (à direita)



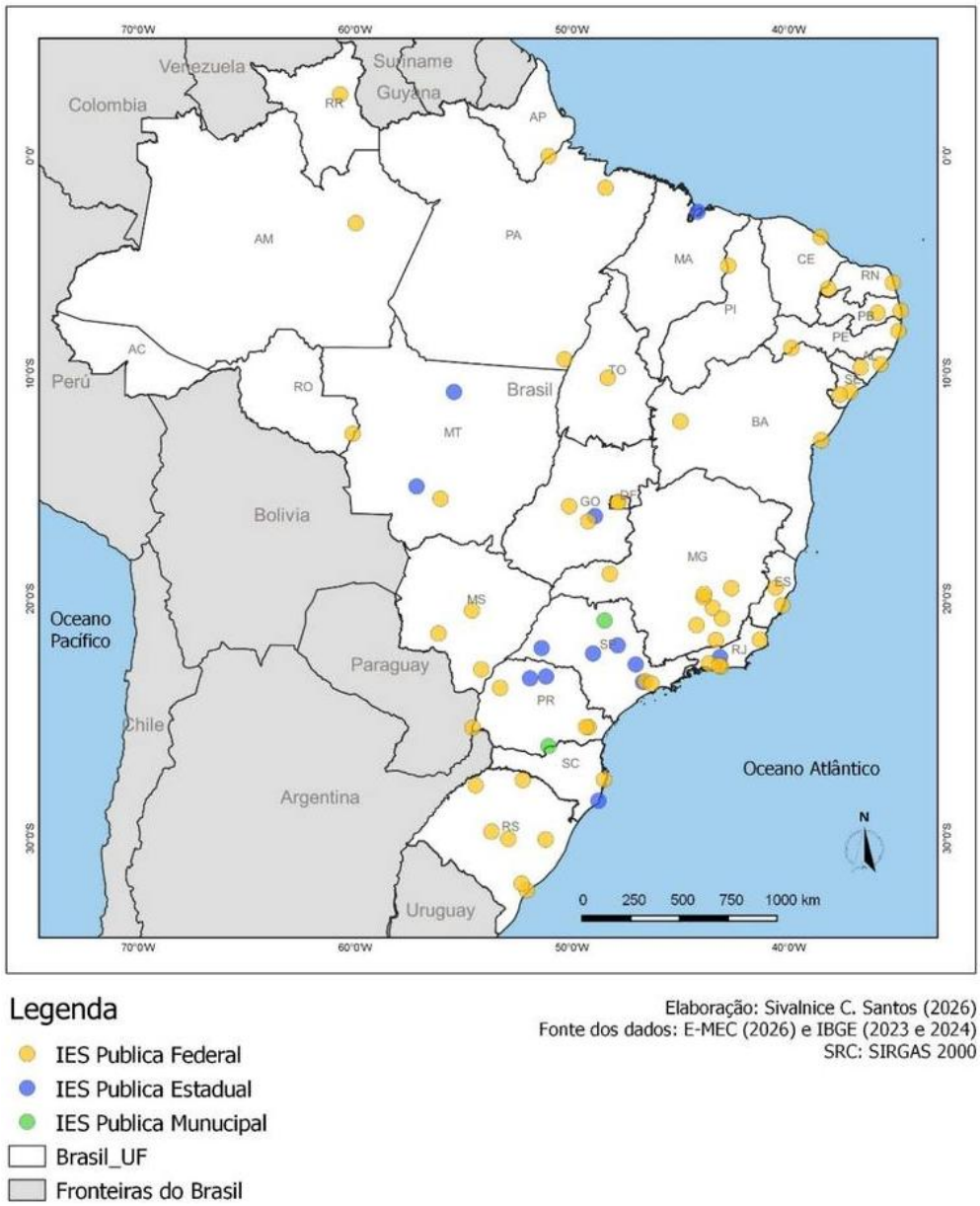
Fonte: as autoras, 2026.

Atualmente (maio/2026), há 775 cursos cadastrados e aprovados no sistema e-MEC, 681 constam como iniciados e 94 como não iniciados. Dos 681 cursos iniciados, 656 são ofertados na modalidade presencial - 72 por instituições públicas, 576 por instituições privadas e 8 por instituições especiais (IES públicas enquadradas no Art. 2442 da CF/88) - e 25 são ofertados na modalidade semipresencial [8].

Em se tratando das IES públicas, no recorte deste estudo, os cursos de Arquitetura e Urbanismo são ofertados apenas na modalidade presencial. Dentre os 72 cursos ofertados, 57 (79%) estão em instituições federais, 13 (18%) em instituições estaduais e 2 (3%) em instituições municipais.

Essas IES encontram-se distribuídas em praticamente todo o território nacional, com exceção do estado do Acre, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2: Localização dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo existentes no Brasil por nível das IES públicas



Fonte: as autoras, 2026.

Os 72 cursos de Arquitetura e Urbanismo cadastrados no sistema e-MEC são ofertados por 64 instituições públicas, sendo que 8 delas ofertam mais de um curso.

A Tabela 1 apresenta as quantidades de cursos e de IES públicas existentes em cada estado brasileiro.

Tabela 1: Quantidade de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo existentes e IES públicas existentes em cada Unidade da Federação brasileira

UF	Quantidade de cursos	Quantidade IES públicas
Minas Gerais	8	8
São Paulo	8	6
Paraná	7	7
Rio Grande do Sul	7	6
Rio de Janeiro	5	5
Mato Grosso	3	3
Goiás e Mato Grosso do Sul	3	2
Santa Catarina, Pará, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Espírito Santo e Sergipe	2	2
Distrito Federal e Alagoas	2	1
Roraima, Amazonas, Rondônia, Tocantins, Piauí, Ceará e Maranhão.	1	1
Acre	0	0

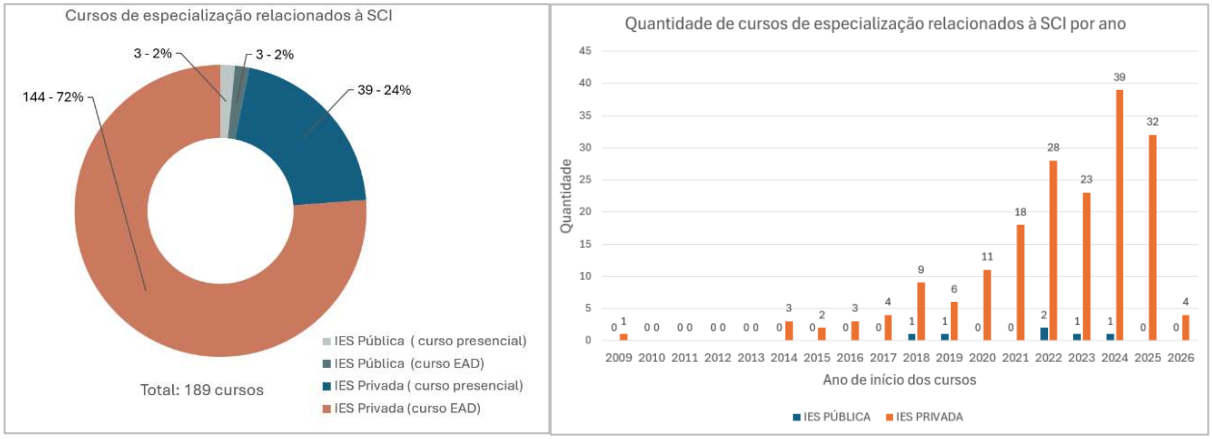
Fonte: as autoras, 2026.

Sob a perspectiva da educação em SCI, o crescimento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil constitui um aspecto relevante, sobretudo quando não acompanhado pela inserção consistente de conteúdos relacionados ao tema nos currículos. Esse cenário pode resultar na formação de um número maior de profissionais sem conhecimentos suficientes sobre o tema, comprometendo a concepção segura das edificações e ampliando os riscos à segurança dos usuários e da sociedade. Assim, torna-se necessário manter sempre o debate sobre a formação em arquitetura e urbanismo, especialmente quanto à abordagem do tema SCI nos cursos.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO RELACIONADOS À SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

No Brasil, os cursos de pós-graduação relacionados à SCI existentes são do tipo Lato Sensu, denominados de Especialização e que devem possuir uma carga horária mínima de 360 horas [9]. Atualmente, há 189 cursos cadastrados e iniciados no sistema e-MEC, 42 na modalidade presencial e 147 na modalidade EAD. A maioria, 183 cursos, é ofertada por instituições privadas e apenas 6 por instituições públicas, conforme indicado na Figura 3.

Figura 3: Quantidade de cursos de especialização relacionados à SCI existentes no Brasil (à esquerda). Quantidade de cursos de especialização relacionados à SCI por ano de início da oferta (à direita)



Fonte: as autoras, 2026.

Embora o primeiro curso de especialização tenha surgido em 2009, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) [10], a demanda por essa qualificação passou a se intensificar a partir de 2014 (Figura 3). Esse crescimento pode estar associado ao incêndio na Boate Kiss, em 2013, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul [11].

Atualmente, há oferta de cursos de especialização relacionados à SCI em todas as Unidades da Federação, com maior concentração nas regiões Sudeste e Sul do país, conforme pode ser visto na Figura 4.

Figura 4: Quantidade de cursos de especialização relacionados à SCI por UF



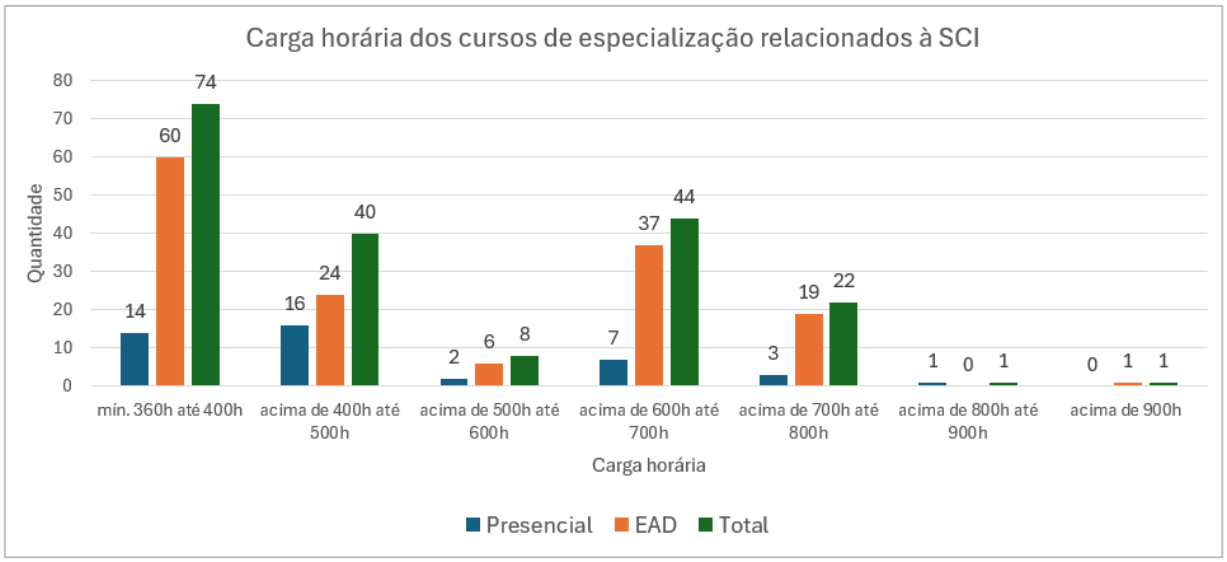
Fonte: as autoras, 2026.

É importante destacar que algumas IES possuem mais de um curso cadastrado no sistema. Além disso, desconhece-se a periodicidade de oferta desses cursos, se foram efetivamente realizados, se ocorrem de forma regular ou eventual.

Com relação à carga horária, não há uma padronização. A maioria dos cursos possui uma carga horária entre 360 e 400 horas, os demais variam (ver Figura 5).

DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8728

Figura 5: Carga horária dos cursos de especialização relacionados à SCI por modalidade



Fonte: as autoras, 2026.

Outro ponto observado foi a variação na denominação dos cursos. A maioria é intitulada “Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico”. Para ilustrar essa variação, o Quadro 2 apresenta a diversidade de denominações dos cursos existentes com a carga horária de 360 h.

Quadro 2: Nomenclatura dos cursos de especialização relacionados a SCI cadastrados no sistema e-MEC com carga horária de 360 h

Carga Horária	Denominação dos Cursos
360 h	- Engenharia de Combate à Incêndio e Pânico; - Engenharia Contra Incêndio e Pânico; - Engenharia de Incêndio; - Engenharia de medidas de combate a incêndios e desastres; - Engenharia de Prevenção Contra Incêndio; - Engenharia de Prevenção de Incêndio; - Engenharia de Prevenção e combate a Incêndio; - Engenharia de Proteção Contra Incêndio; - Engenharia de Prevenção Contra Incêndio e Eletricidade; - Engenharia de Prevenção Contra Incêndio e Pânico; - Engenharia de Prevenção Contra Incêndio, Pânico e Eletricidade; - Engenharia de Prevenção e Combate à Explosões e Incêndios; - Engenharia de Segurança Contra Incêndio; - Gestão de Segurança Contra Incêndio e Pânico; - Medidas de Combate a Incêndios e Desastres; - Prevenção e Combate a Incêndios; - Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais; - Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico; - Segurança Contra Incêndio em Edificações; - Segurança Contra Incêndio e Pânico; e - Sistema de Proteção Contra Incêndios em BIM.

Fonte: as autoras, 2026.

Essa variabilidade identificada pode estar relacionada à ausência de uma estrutura curricular mínima definida e padronizada, uma vez que o curso de especialização em Engenharia de SCI ainda não está regulamentado.

Em 2020, os deputados Ricardo Izar (Partido Progressista/SP) e Weliton Prado (Partido Republicano da Ordem Social/MG) apresentaram à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.407, que visa regulamentar o exercício da profissão de engenheiro de segurança contra incêndio. Contudo, o PL ainda se encontra em tramitação, tendo sua última movimentação registrada em 2023 [12].

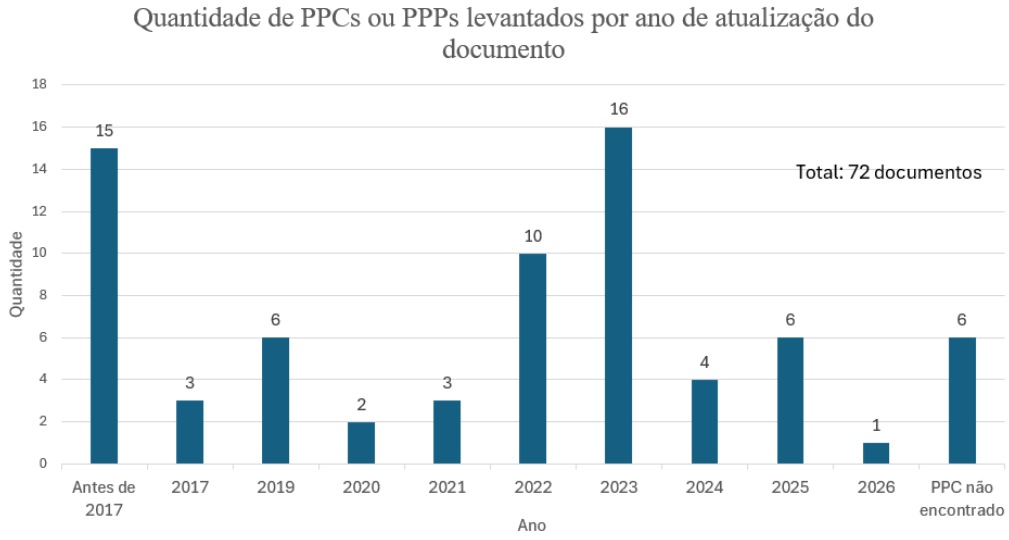
A proposta de padronizar o curso de especialização em Engenharia de SCI é uma iniciativa da Frente Parlamentar Mista de Segurança Contra Incêndio que apresentou, em 2016, durante a 3ª Reunião do Conselho Consultivo, recomendações para a estruturação do currículo desse curso [13].

Embora os cursos de especialização contribuam para complementar a formação de arquitetos e urbanistas, especialmente diante da lacuna ainda existente na abordagem do tema SCI na graduação, a ausência de uma estrutura curricular padronizada pode comprometer a qualidade da formação oferecida, resultando em formações distintas, sem a garantia de conhecimentos mínimos comuns para a atuação na área.

A EDUCAÇÃO EM SCI NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Para verificar como a temática da SCI está inserida no currículo dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo ofertados por instituições públicas, foram analisados os Projetos Pedagógicos (PPC ou PPP) dos 72 cursos cadastrados no sistema e-MEC. Desses, em seis casos não foi possível acessar os documentos, pois não estavam disponíveis nos sites das respectivas instituições (ver a quantidade de documentos encontrados na Figura 6).

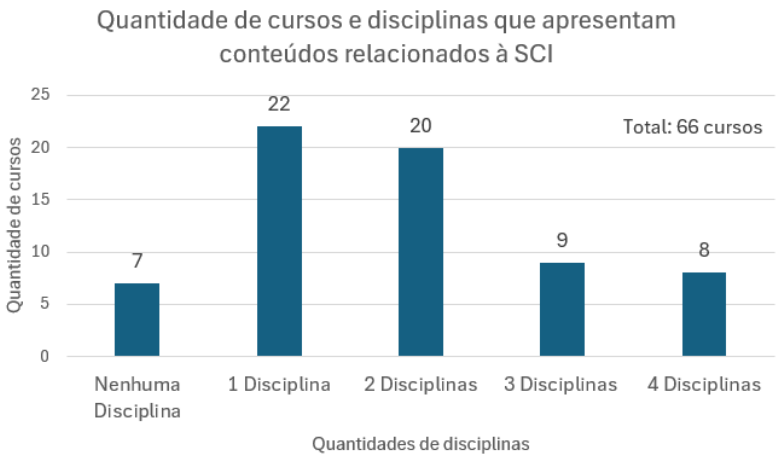
Figura 6: Quantidade de Projetos Pedagógicos (PPC ou PPP) levantados por ano de atualização do documento



Fonte: as autoras, 2026.

A maioria dos Projetos Pedagógicos analisados apresenta, pelo menos, uma disciplina cuja ementa inclui conteúdos relacionados à SCI. Entre os documentos dos 66 cursos examinados, em 7 não foram encontrados conteúdos relacionados ao tema (Figura 7).

Figura 7: Quantidade de cursos de acordo com a quantidade de disciplinas que apresentam conteúdos relacionados à SCI

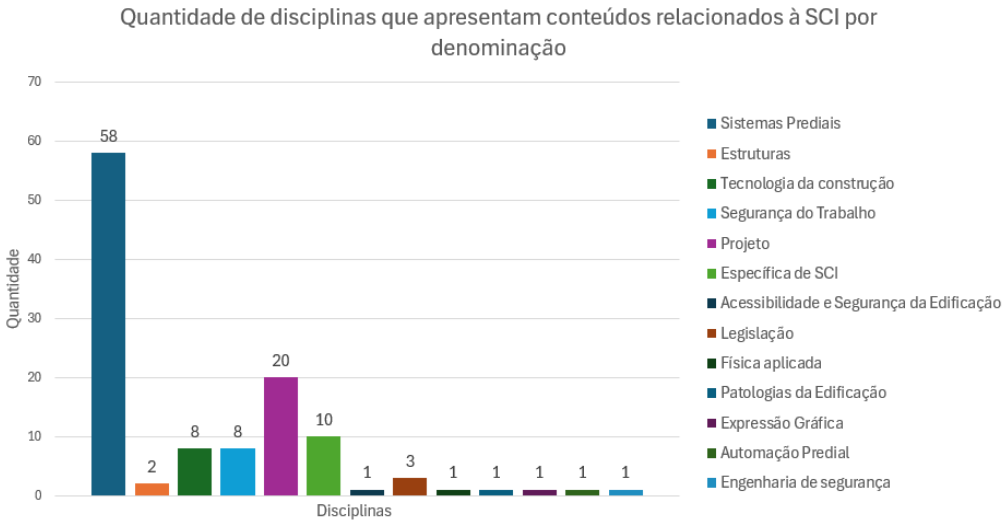


Fonte: as autoras, 2026.

A maioria das disciplinas identificadas (51%) é relacionada a sistemas prediais, especialmente às instalações hidrossanitárias. Também foram identificadas outras disciplinas que possuem conteúdos relacionados ao tema, como Projeto, Estruturas, Tecnologia da Construção, Segurança do Trabalho, Acessibilidade e Segurança da Edificação, Legislação, Física Aplicada à Arquitetura, Patologia da Edificação, Expressão Gráfica e disciplinas específicas de SCI, conforme ilustrado na Figura 8.

A presença de conteúdos de SCI em diferentes componentes curriculares indica a possibilidade de uma abordagem transversal na matriz do curso, articulando aspectos técnicos, projetuais, normativos e construtivos. Essa integração pode favorecer uma compreensão mais ampla da SCI pelos estudantes, ao evidenciar sua relação com diferentes temáticas.

Figura 8: Identificação e quantidade das disciplinas que apresentam conteúdos relacionados à SCI



Fonte: as autoras, 2026.

Com relação às disciplinas de projeto, foram identificadas 20 que apresentam conteúdos relacionados à SCI em suas ementas. As disciplinas são obrigatórias, com exceção de uma, e a carga horária varia de 30 a 120 horas.

A inclusão de conteúdos relacionados à SCI nas disciplinas de projeto arquitetônico apresenta potencial para favorecer a incorporação da SCI no processo de desenvolvimento do projeto arquitetônico pelos estudantes, uma vez que as questões de SCI devem ser consideradas desde a concepção do projeto, evitando a necessidade de ajustes posteriores decorrentes de adequações.

As disciplinas específicas de SCI apresentam-se com diferentes denominações e carga horária variando entre 30 e 60 horas. A maioria é optativa, com exceção de duas que integram os componentes curriculares obrigatórios e são ofertadas no terceiro e no sexto semestre, conforme pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3: Disciplinas específicas de SCI identificadas (denominação, carga horária e natureza)

Denominação	Carga horária	Natureza
Segurança Contra Incêndio em Edifícios	60 horas	Optativa
Ciência do Incêndio	30 horas	Optativa
Estruturas em Situação de Incêndio	45 horas	Optativa
Sistema de Proteção e Combate a Incêndio	60 horas	Optativa
Estudos sobre Prevenção e Combate a Incêndio	60 horas	Optativa
Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico	45 horas	Optativa
Proteção Contra Incêndio	34 horas	Obrigatória (3º semestre)
Arquitetura e Segurança Contra Incêndio	30 horas	Optativa
Prevenção e Combate a Incêndios e Desastres	50 horas	Obrigatória (6º semestre)
Segurança Contra Incêndio	54 horas	Optativa

Fonte: as autoras, 2026.

A presença de disciplinas específicas dedicadas à SCI no currículo dos cursos indica que as instituições contam com docentes que atuam na área, possuem qualificação ou desenvolvem estudos sobre o tema. Embora sejam disciplinas optativas — o que não garante que todos os estudantes tenham acesso a esses conteúdos, especialmente porque nem sempre são ofertadas regularmente —, sua existência evidencia maior reconhecimento da importância da SCI para a formação dos estudantes.

Outro ponto observado durante as análises foi o ano de atualização dos documentos. Dos 66 Projetos Pedagógicos consultados, apenas 14 haviam sido atualizados antes da promulgação da Lei 13.425/2017 [5], que estabelece a obrigatoriedade de incluir conteúdos relacionados à SCI no currículo dos cursos. Outros três foram atualizados no mesmo ano da lei, enquanto 49 passaram por atualização a partir de 2019 (Ver figura 6). Desses 49, 13 mencionam explicitamente o atendimento à Lei 13.425/2017 [5], o que pode indicar maior atenção à inserção desses conteúdos no currículo.

Os dados analisados revelam pouco avanço em relação aos estudos realizados por Negrisolo [2] e Braga [6]. Embora a abordagem do tema seja obrigatória por lei, sua implementação ainda representa um desafio para grande parte das IES. Essa dificuldade decorre de diversos fatores, entre os quais se destacam as limitações de carga horária, a necessidade de capacitação docente e, sobretudo, a ausência de uma regulamentação que oriente esse processo, indicando de forma detalhada quais conteúdos devem ser abordados, qual carga horária mínima deve ser prevista, quem deve ministrá-los e de que forma devem ser tratados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados reforçam a necessidade de uma estruturação da educação em SCI no Brasil, ao evidenciar que a inserção do tema na formação ainda ocorre de forma lenta e desorganizada, em muitos casos, mais voltada ao atendimento normativo do que à integração efetiva do tema no currículo dos cursos. Esse cenário torna-se ainda mais relevante diante do crescimento expressivo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no país, pois a ampliação da oferta, sem o reconhecimento da importância da abordagem do tema SCI na graduação, pode comprometer a formação dos arquitetos e urbanistas. Na graduação, os conteúdos de SCI encontram-se majoritariamente vinculados às disciplinas de sistemas prediais, geralmente com abordagem limitada. Ao observar os conteúdos mínimos estabelecidos pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a situação atual dos cursos analisados, apenas cinco se aproximam do atendimento às novas exigências.

Contudo, percebe-se um potencial de avanço quando o tema é incorporado em disciplinas de projeto, tecnologia da construção ou, especialmente, quando há disciplinas específicas dedicadas à SCI. Quando obrigatórias, essas disciplinas podem ter seus conteúdos detalhados ou complementados para atender às novas DCNs; no caso das optativas, podem ser incorporadas ao conjunto de componentes obrigatórios ou ter seus conteúdos integrados às ementas das disciplinas obrigatórias. A presença de conteúdos de SCI em diferentes componentes curriculares indica potencial para uma abordagem transversal do tema. Para que essa inserção seja mais efetiva, faz-se necessária a criação de regulamentação com orientações mais objetivas sobre conteúdos mínimos, carga horária, perfil docente e estratégias de abordagem. Em paralelo, os cursos de especialização apresentam crescimento expressivo, embora marcado por grande heterogeneidade de denominações e cargas horárias, além da ausência de padronização curricular.

Ademais, a pesquisa apresenta limitações decorrentes da não disponibilização dos projetos pedagógicos nos sites de algumas instituições, do ano de atualização dos documentos analisados e de informações incompletas. Diante disso, recomenda-se a continuidade da pesquisa para aprofundar as análises dos Projetos Pedagógicos (incluindo ementas e conteúdos programáticos), pesquisar os documentos não encontrados e mais atualizados em outras fontes, visando maior precisão dos resultados.

AGRADECIMENTOS

A autora Sivalnice C. dos Santos agradece ao IFBA pela concessão do afastamento para estudo, Pós-Graduação stricto sensu (mestrado), no processo SEI nº 23286.003687/2025-48, Portaria nº 661/2026. A autora Rosaria Ono agradece ao CNPq pela bolsa de produtividade, Nível 2, no processo 309153/2023-9.

DECLARAÇÃO

Durante a preparação deste artigo, a primeira autora utilizou a ferramenta Microsoft Copilit para revisão e melhoria do texto. Após a utilização da ferramenta, a autora revisou e editou o conteúdo conforme necessário e assume total responsabilidade pelo conteúdo do artigo publicado.

REFERÊNCIAS

[1] SEITO, Alexandre Itiu et al. **A Segurança Contra Incêndio no Brasil.** São Paulo: Projeto Editora, 2008. 496 p. Disponível em:chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portalclubedeengenharia.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livro-a_seguranca_contra_incendio_no_brasil-1-Robson-Barradas-1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

[2] NEGRISOLO, Walter. **Arquitetando a segurança contra incêndio**. 2012. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.16.2012.tde-30052012-155902. Acesso em: 08 abr. 2026.

[3] ONO, Rosaria. **Parâmetros para garantia da qualidade do projeto de Segurança Contra Incêndio em edifícios altos**. Ambiente Construído. Porto Alegre, v.7, n.1. 113p., 2007. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3731. Acesso em: 07 abr. 2026

[4] VENEZIA, Adriana P. P. Galhano e ONO, Rosária. **Parâmetros para qualidade do projeto sob o aspecto da segurança contra incêndio**. 2014, Anais. Maceió: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301435370_Parametros_para_qualidade_do_projeto_arquitetonico_sob_o_aspecto_da_seguranca_contra_incendio. Acesso em: 28 abr. 2026

[5] BRASIL. **Lei Federal 13.425**, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público. Brasília, 2017. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/17668401/publicacao/17668410. Acesso em: 20 abr. 2026

[6] BRAGA, Marcela Falcão. **Ferramenta de análise de medidas de segurança contra incêndio em projetos de arquitetura aplicada ao ensino dos cursos de arquitetura e urbanismo.** 2018. 147 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/34817. Acesso em: 06 mai. 2026.

[7] SILVA, Priscilla Chantal Duarte; FERREIRA, Stefania Chaves; FELIPPE, Anna Rita Tomich Magalhães; TEIXEIRA, Ricardo Luiz Perez. **The approach to fire safety in the**

curriculum map-matrix of engineering courses at a federal university according to the parameters of law 13.425: a systematic reviewa. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 16, n. 2, p. 1-25, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.24857/rgsa.v16n2-011. Acesso em: 06 jun. 2026

[8] BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 1**, de 11 de julho de 2025 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em:https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-julho-de-2025-641605392. Acesso em:15 de abr.2026.

[9] BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC**. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/nova. Acesso em: 11 de abr. 2026.

[10] BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 637**, de 20 de outubro de 2025. Diretrizes e normas para a oferta dos cursos de Pós-graduação Lato Sensu, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/outubro-2025/pces637_25.pdf. Acesso em 20 de abr. 2026.

[11] PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR). **Cursos de pós-graduação: Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico**. Curitiba: PUCPR, [2024]. Disponível em: https://estudenapuc.pucpr.br/pos-graduacao/?post_type=cursos&s=Engenharia+de+Seguran%C3%A7a+Contra+Inc%C3%AAndio+e+P%C3%A2nico. Acesso em: 06 abr. 2026.

[12] G1 RS. **Boate Kiss: tragédia completa 10 anos**; relembre incêndio e veja lista de vítimas. Porto Alegre, 27 jan. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/01/27/boate-kiss-tragedia-completa-10-anos-relembre-incendio-e-veja-lista-de-vitimas.ghtml. Acesso em: 14 de abril de 2026.

[13] BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.407**, de 2020. Dispõe sobre a Profissão de Engenheiro de segurança contra incêndios e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2254414&filename=Avulso%20PL%204407/2020. Acesso em: 02 maio 2026.

[14] FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO (Brasil). **Ata da 3ª Reunião do Conselho Consultivo.** Brasília, DF: FPMSCI, 2016. Disponível em: https://frenteparlamentarsci.org.br/ata-da-3a-reuniao-do-conselho-consultivo-da-frente-parlamentar-mista-de-seguranca-contra-incendio/. Acesso em: 20 abr. 2026.